

EPISTEMOLOGIAS E ENSINO DA HISTÓRIA

Coord.

Cláudia Pinto Ribeiro

Helena Vieira

Isabel Barca

Luís Alberto Marques Alves

Maria Helena Pinto

Marília Gago

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Epistemologias e Ensino da História
(XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)

COORDENAÇÃO

Cláudia Pinto Ribeiro
Helena Vieira
Isabel Barca
Luís Alberto Marques Alves
Maria Helena Pinto
Marília Gago

EDIÇÃO: CITCEM

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN

978-989-8351-74-6

Porto, 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



APRENDIZAGEM HISTÓRICA E LIVROS DIDÁTICOS: O SILÊNCIO NA REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO PERÍODO DO RENASCIMENTO

DARCYLENE PEREIRA DOMINGUES
JÚLIA SILVEIRA MATOS
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

RESUMO: O objetivo desse artigo é demonstrar a representação escassa da mulher no período da Renascença nos livros didáticos de Ensino Médio no Brasil e contrapondo com o livro paradidático de circulação acadêmica, *Civilização ocidental: uma história concisa* de Marvin Perry. Buscamos identificar o silenciamento dessa representação e que forma ela será discutida no tema abordado. E além disso, perceber e demonstrar que embora essa mulher seja negligenciada nos livros analisado, ela tem sim um papel fundamental na sociedade moderna, o que é comprovado com outras leituras. Para realização da pesquisa utilizo a metodologia de análise de conteúdo proposta por Roque Moraes que visa criar categorias de análises para destacar o tema abordado.

PALAVRAS-CHAVE: *Mulher, Livro Didático, Renascimento.*

No presente artigo busca-se analisar os temas referentes a História das mulheres que são apresentados no ensino de História. Esse tema foi selecionado devido a ampliação das pesquisas sobre história das mulheres na contemporaneidade, o que instiga a questão: diante de novas pesquisas sobre a História das Mulheres, teriam os livros didáticos de História alterado seus conteúdos, de forma a incorporar essas discussões? Nesse sentido pode-se perceber que no “código disciplinar” de história a Idade Moderna⁷² ainda é apresentada como uma época e inovações e rupturas. Aqui se pode questionar qual o espaço delegado a representação da mulher nesse novo contexto? E ainda seria a mulher renascentista uma medieval liberta ou uma grega europeizada? E mais quais diferenças historiográficas poderão ser encontradas entre a narrativa dos livros didáticos e a construção discursiva apresentada na obra do autor Marvin Perry “Civilização Ocidental uma história concisa”? Essa obra foi selecionada para a presente análise, por ser um paradidático utilizado no ensino superior. Assim, questiona-se quais relações na forma e seleção dos conteúdos históricos apresentam os livros didáticos de História e a obra “Civilização Ocidental: uma história concisa”?

Para realizar discussão e análise dos códigos disciplinares⁷³ disponibilizados nos livros didáticos de Ensino Médio utilizamos a análise de conteúdo proposta por Roque Moraes, pois acreditamos que a partir das categorias criadas poderemos evidenciar as possíveis formas do silenciamento da história das mulheres no recorte proposto. De acordo com Roque Moraes, “uma análise textual envolve identificar e isolar enunciados dos materiais a ela submetidos, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes, descrição e interpretação (...)” (MORAES, 2007: 98). Além disso, para demonstrar a forma na qual o tema, a mulher na modernidade, foi representada nos livros didáticos, ou a sua quase exclusão e principalmente o seu silenciamento ao longo da história, utilizo o conceito de representação de Chartier que afirma:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão são sempre determinados pelos interesses do grupo que as forjam [...] As percepções do social não são de forma alguma discurso neutros: produzem estratégias e práticas (social, escolares, políticas) que tendem a por uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um processo reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e conduta (CHARTIER, 1986: .27)

⁷² No Brasil utiliza-se a história quadripartidário: a divisão dos conteúdos e os períodos históricos em : Idade Antiga, Idade Medieval, Idade Moderna e Idade Contemporânea

⁷³ Para Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt o código disciplinar proposto por Fernandez Cuesta, é uma tradição social que se configura historicamente e está composto de um conjunto de ideias, valores, suposições e rotinas que legitimam a função educativa atribuída a História e que regulam as ordens das práticas do ensino.

Utilizar o conceito de representação de Chartier nos demonstrará de qual maneira essa mulher é, praticamente, negligenciada nas narrativas didáticas no período da Idade Moderna.

O livro didático fornecido para o Ensino Médio⁷⁴ em escolas públicas no Brasil foi escolhido como fonte para realização dessa pesquisa pois acreditamos que nele seja encontrado uma compilação/síntese do período denominado Renascimento que está inserido no conteúdo referente à Idade Moderna. Além disso, o interesse em utilizar o livro didático como fonte deve-se ao grande acervo disponibilizado no Laboratório Independente de pesquisa em Ensino de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande. Dessa forma a análise desse material nos revela de que forma essa mulher é representada ao longo do período analisado. E principalmente, contrapondo com o livro paradidático de uso acadêmico, *Civilização do Ocidente*, uma história concisa de Marvin Perry⁷⁵, largamente utilizado pelas universidades brasileiras até hoje.

Não podemos deixar de mencionar que o livro didático é uma ferramenta utilizada desde a Idade Média nos mosteiros como uma forma de ensinamento aos cristãos, porém após a Revolução Francesa que ele irá trazer métodos para alfabetização. No Brasil ele começou a ser utilizado a partir de 1839 e irá passar por diversos governos e sendo reformulado conforme as normas que eram exigidas. Os livros didáticos na época do Estado Novo eram regulados pelo Estado para assegurar que os conteúdos apresentados não denegrissem a imagem do país ou de seus governantes. Em contrapartida, não com o mesmo foco, no ano de 1985 foi criado o Plano Nacional do Livro Didático, que através de editais, estabelecia regulamentações para participação no PNLD e, por conseguinte, o processo de seleção para a utilização nas escolas. Com isso, essa “democratização” dos livros didáticos e o monitoramento do PNLD, extinguiram alguns entraves que constavam nos materiais didáticos entre elas falsificações, conteúdos que faziam alusão ao preconceito ou qualquer forma de discriminação, falta coerência nas imagens com o conteúdo, linguagem do livro que não coincidia com a faixa etária do seu público-alvo, conteúdos depreciativos e equivocados. Mas pode-se dizer que essa política pública não é totalmente democrática, pois os guias que constam no site do FNDE oferecem apenas 16 livros para o ensino fundamental e 19 para o ensino médio deixando muitos livros fora desse processo de escolha do professor. Conforme discorreu Júlia Matos: “(...) o Guia seria um instrumento não apenas de auxílio para os docentes da Educação Básica, mas também de influência direta

⁷⁴ Nos anos de 2010 e 2012 presenciamos a campanha do Plano Nacional do Livro Didático de Ensino Fundamental e Médio pedindo para os professores terem acesso a plataforma do Ministério da Educação e Cultura e escolher os títulos dos livros didáticos que gostariam de receber em suas escolas.

⁷⁵ PERRY, Marvin. *Civilização Ocidental: uma história concisa*. 3ªed. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

em seus critérios de escolha”. (MATOS, 2013: 39). Os livros passam por critérios rigorosos que são expostos com antecedência nos editais e que as editoras responsáveis pelos livros didáticos devem cumprir para serem listados na listagem que os professores têm acesso para realizar suas escolhas. Porém, sabemos que as grandes editoras anteriormente a listagem do PNLD enviam livros e brindes para diversas escolas em todo o Brasil demonstrando seu material e influenciando na escolha dos docentes. E editoras muito pequenas acabam sendo engolidas por esse sistema que prioriza atualmente três grandes editoras no Brasil.

O interesse em utilizar o livro didático como fonte primária se consolidou porque, como mencionado pela autora Circe Bittencourt, ele é um objeto multifacetado, promovendo inúmeros debates, já que atende interesses de mercado, ideológicos e culturais, sendo assim, se torna pertinente investigar o significado da história no contexto social em que foi produzida a fonte. Portanto, percebemos a importância dos livros didáticos dentro do país que se utiliza desse material de forma abrangente e muitas vezes, se apresenta como o único recurso do professor em áreas carentes. E como nos afirma Virgínia Xavier:

Podemos perceber a importância do livro na vida dos brasileiros através de uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e divulgado pelo jornal rio-grandino Jornal Agora, onde conclui-se que o livro didático é o segundo livro mais lido entre os brasileiros perdendo somente para a Bíblia e 98% das escolas públicas no Brasil usam o livro didático. Esses dados comprovam o quanto relevante o livro didático é não só na vida escolar, mas também na vida cotidiana, pois são muitas vezes consultados até mesmo por pessoas que já estão algum tempo longe da escola. Isso mostra que o livro didático faz parte da memória de aprendizado na vida das pessoas. (XAVIER, 2014: 11)

Dessa forma, esses dados nos levam a meditar sobre a questão do livro didático ser criticado por apresentar seus conteúdos de forma fragmentada deixando de apresentar alguns aspectos de grande relevância da história, e como esses manuais didáticos possuem um vasto público de leitores, logo, os mesmos conteúdos fragmentados necessitariam serem amplamente difundidos. Porém, nossa crítica não terá como enfoque as falhas que os livros didáticos brasileiros apresentam, e sim contrapor com a historiografia acadêmica que até o momento está equivalente aos livros.

Devemos analisar primeiramente que os livros didáticos não são somente produzidos pelas escolhas de seus autores, e sim levando em consideração a preocupação do público alvo, do PNLD, as diretrizes governamentais e as editoras. Matos irá debater que:

Os livros didáticos não são produzidos simplesmente por seus autores, mas a partir das expectativas do público consumidor, os professores; das diretrizes do governo, que avaliará a partir do PNLD os livros que serão adquiridos para distribuição gratuita entre as escolas brasileiras; do autor, que possui uma visão de História e da editora, que investe no livro enquanto produto de consumo. Todas as expectativas desses agentes são parte fundante da forma e do conteúdo dos livros didáticos. Por isso a autoria

dos livros didáticos se apresenta de modo singular em relação às demais produções historiográficas. (MATOS, 2013: 13)

Esses livros que são disponibilizados pelo governo federal aos alunos das milhares de escolas públicas no Brasil passam por uma avaliação, na qual devem cumprir determinadas exigências do PNLD para que sejam distribuídos a grande massa de alunos por todo o país. Uma das exigências é o diálogo que devem existir entre os textos e as imagens trabalhadas pelos autores ao longo do livro didático, o que é claramente descartado por diversos autores que utilizam a iconografia somente como ilustração ao anexo de seus textos. E assim como afirma Ana Maria Monteiro:

Os autores de livros, ao reproduzirem suas obras, expressam leituras, posicionamentos políticos, ideológicos, pedagógicos, selecionam e produzem saberes, habilidades, valores, visões de mundo, símbolos, significados, portanto culturas, de forma a organizá-los e torna-los possíveis de serem ensinados. (MONTEIRO, 2009: 176)

Portanto os livros não estão isentos de marco teórico e nem mesmo da escolha subjetiva de cada autor. Para realização da pesquisa foram utilizados os livros didáticos de ensino médio: História Global Brasil e Geral de Gilberto Cotrin⁷⁶ que apresenta um discurso teórico vinculado a corrente da Nova História e o livro Nova História Crítica Moderna e Contemporânea de Mario Schmidt⁷⁷ evidentemente vinculado a corrente Materialista. Essas duas teorias ficaram evidentes na leitura dos livros pelas diferenças na forma de escrita de cada autor, porém o “currículo disciplinar” se apresenta da mesma forma em ambos. Dessa forma utilizei Cotrin e Schmidt por apresentarem visões diferenciadas sobre o mesmo período analisado e formas distintas de expor os conteúdos do Renascimento. Entretanto, diversos outros livros poderiam ser incluídos na análise pois continuaram silenciando a participação da mulher no período do Renascimento, esses dois escolhidos para pesquisa devem-se ao grande número desse material pelas escolas do Brasil entre os anos noventa e dois mil.

Portanto, o livro didático é o produto cultural de maior divulgação inserido na educação escolar brasileira, veiculador de conhecimento e suporte, observando que, os assuntos propostos nesse material, estão simplificados, é que nos faz perceber “os silenciamentos” e é nessa linha de pensamento que percebemos que o livro didático é uma fonte importante, mas que não deve ser a única, ou seja, o livro didático é um instrumento que precisa ser mais bem utilizado pelo professor. O que estamos entendendo como melhor utilização é a exploração mais adequada das suas potencialidades. Atualmente, alguns livros trazem indicações de filmes que

⁷⁶ COTRIN, Gilberto. História Global. Brasil e Geral. 8º ed. São Paulo, Saraiva, 2005.

⁷⁷ SCHMIDT, Mario. Nova História crítica. Moderna e Contemporânea. São Paulo, Nova Geração, 1996.

podem ser explorados pelos professores em determinados conteúdos, além de sites e livros produzidos naquele momento histórico ou biografia. É por esse motivo que o livro didático não deve ser utilizado como fonte única, pois sua escolha não é feita por pessoas neutras. Parafraseando Selva Guimarães: “O uso de um único livro, única fonte, acaba por simplificar a forma do currículo e do conhecimento em sala de aula.” (pp. 55). Para que esse “problema” seja solucionado, é preciso desmistificar a imagem de que o livro didático é fonte infalível de saber na sala de aula, fonte inquestionável. Hoje o professor possui a disposição outros recursos didáticos oferecidos até sugeridos no próprio livro didático, como sugestão de outras bibliografias, filmes, mapas, jornais, música.

Além disso, o Guia do Livro Didático é uma fonte fundamental para compreensão da produção historiográfica e ensino de História, também é um documento fundamental para a compreensão das diretrizes políticas vigentes no país que avaliam, regulam e distribuem esse material didático para todo país. E como Matos nos afirma:

As partes distintas que compõe o livro didático de História são não apenas seu conteúdo e diretrizes das políticas educacionais, mas principalmente, a relação autor versus historiografia. O livro didático é sempre resultado de pesquisa bibliográfica e, portanto, uma seleção de saberes historiograficamente construídos dentro dos muros da academia” (MATOS, 2013: 77)

Portanto, esses livros didáticos aqui analisados e muito provavelmente outros tantos também negligenciaram o papel do feminino no período do Renascimento, pois como já exposto, recentemente trabalhos que enfocam esse tema começaram a ser debatidos dentro do centro acadêmicos. Dessa forma, esses assuntos demoraram a serem incorporados na temática dos livros didáticos brasileiros.

A categoria criada para realização da análise é denominada “Mulher” e ela poderia abranger qualquer palavra ou iconografia que correspondesse ao gênero feminino. Porém mesmo sendo extremamente abrangente essas categorias foram encontradas pouquíssimas palavras nos livros didáticos que se enquadrassem. Portanto, percebemos que os livros didáticos selecionados e o livro paradidático de Marvin Perry negligenciam a representação da mulher no Renascimento. Embora o movimento seja colocado como uma “nova forma de pensar o mundo”, o espaço delegado a essa mulher continua restrito no ambiente doméstico ou em alguns casos nem sendo citada ou representada iconograficamente. Até mesmo a disponibilidade dos temas ao longo dos livros se apresentam de forma parecida: conceituação renascentista, Renascimento na Itália e posteriormente a ampliação do pensamento por toda a Europa e uma seqüência de intelectuais do período. Percebemos que até mesmo as imagens acabam sendo repetidas em

ambos livros didáticos, dessa forma o Renascimento fica restrito a um número muito pequeno de artistas.

O período que compreende a Idade Moderna está centrado entre os séculos XV e XVIII, nos quais ocorreram grandes mudanças na sociedade, nas formas de mentalidade, na arte e até mesmo nos próprios indivíduos. Além do Renascimento a modernidade também foi o berço da Reforma Protestante, a formação das grandes Monarquias Nacionais e a sua consolidação no poder, o Mercantilismo e a descoberta do Novo Mundo. Todos esses conteúdos estão disponibilizados nos três livros, porém de forma condensada e negligenciando a figura do feminino na participação da história.

O movimento que ocorreu na Idade Moderna e que tentou fazer uma retomada de valores do período da Antiguidade Clássica foi o Renascimento. Esse período é muitas vezes visto como um “resgate” de obras clássicas produzidas pelos grandes pensadores greco-romanos, entre eles Aristóteles, Platão e Cícero. Perry irá nos mostrar:

Esse termo [Renascença] foi cunhado em referência à tentativa de artistas e filósofos de recuperar e aplicar a antiga erudição e modelos da Grécia e de Roma. Durante esse período, os indivíduos demonstraram uma crescente preocupação com a vida terrena, aspirando conscientemente a traçar seus destinos – atitude que caracteriza a modernidade. (PERRY, 2002: 216)

Os livros didáticos irão se utilizar da explicação do pensamento clássico citando os nomes de grandes filósofos e sempre ressaltando principalmente o pensamento individualista que é colocado de origem grega e redescoberto pelos renascentistas. A sociedade começa a se ver de forma individual e não somente parte de um grande coletivo, a individualização da sociedade moderna acontece devido a urbanização e principalmente, em decorrência dos valores clássicos. Os livros até dialogam com o processo de individualização do ser humano que vai transformando seu pensamento através dos séculos, entretanto a urbanização não é mencionada em ambos livros didáticos. Portanto, concluímos que o professor nesse momento deve estar instrumentalizado desse saber para que seus alunos tenham acesso a esse conhecimento que não é exposto no livro didático, ou escolher um livro mais adequado a realidade daquela localidade. Um fator agravante no processo de escolha do livro didático é o desconhecimento de alguns professores sobre o Guia do Livro Didático, prevalecendo o fator mercadológico com a melhor oferta dos produtos nas escolas através de representantes das editoras, ou simplesmente a escolha do livro é feita por aquele material que simplesmente chegue a mãos de forma que o professor possa avaliar, se este possui a matéria que prefira trabalhar ou até mesmo que possam um bom designer, desconhecendo sua posição no ranking na planilha do FNDE. Dessa

forma, o livro didático além de uma mercadoria, é um produto cultural, ideológico difícil de ser avaliado.

Outro ponto sobre a Modernidade a se considerar é que seria impossível a retomada na integrada desses valores após um longo período, que foi a Idade Média, e que também tem grande influência na modernidade, o Renascimento não foi uma ruptura como também afirma o historiador Quentin Skinner

O primeiro grande problema que podemos apontar na tese de Baron sobre o “humanismo cívico” se resume dizendo-se que ele subestima a medida em que os escritores florentinos de início do Quatrocentos seguiram os rastros dos ditadores medievais. (SKINNER, 1996: 93)

Como afirma, Skinner os pensadores renascentistas tiveram influências dos ditadores medievais que eram os intelectuais da Idade Média, não poderia dessa forma haver uma ruptura. Porém, nos livros didáticos não será encontrado a influência que muitos pensadores medievais tiveram dentro do movimento renascentista e que serão destacados em outras historiografias, aqui eles são inexistentes. Os livros didáticos trabalham com o conceito de ruptura praticamente total, os costumes medievais teriam sido abandonados num passe de mágica. Outro historiador que analisa a Idade Moderna e afirma que essa mudança não foi uma ruptura com a Idade Média, é Marvin Perry que diferentemente dos livros didáticos de Cotrin e Schmidt irá trabalhar com a ideia de continuidade.

O mundo moderno está ligado, de muitas maneiras, à Idade Média. As cidades europeias, a classe média, o sistema de Estado, o direito consuetudinário inglês, as universidades – tudo isso teve origem naquele período. [...] Além disso, há numerosos elos entre o pensamento dos escolásticos e dos primeiros filósofos modernos. (PERRY, 1999: 207)

Os livros didáticos irão representar o Renascimento como um movimento de grandes mudanças intelectuais, culturais e artísticas. E afirmam que ocorre uma grande ruptura de pensamento e para tal afirmação utilizam a comparação com o período anterior: a Idade Média no qual ocorre a dominação da Igreja na sociedade e posteriormente na Idade Moderna ocorrerá o desenvolvimento do pensamento individual, que é largamente utilizado pelos escritores. A comparação entre o período medieval e moderno é largamente explorada por ambos autores de livros didáticos, que se utilizam até mesmo de tabelas para expor a transformação de mentalidade na sociedade e além disso, a diferença nas técnicas de pintura e escultura são comparadas.

Até mesmo a denominação do movimento não é demonstrada nos livros didáticos, porém sabemos que ela é dada após diversos pensadores modernos acreditarem e muitas vezes chamarem a Idade Média como Idade das Trevas como Voltaire afirmava, um período obscurecido

pela dominação da Igreja. Portanto, a Renascença seria um período de luz, uma retomada de valores clássicos, a mudança da mentalidade e de grandes obras de artes. O historiador francês, Jules Michelet (1789-1874), foi o primeiro a utilizar o termo Renascimento para denominar esse vasto período de descoberta do mundo e próprio homem. Esses dois pensadores modernos, Michelet e Voltaire não são citados nos livros didáticos e nem por Marvin Perry, dessa forma não é demonstrado a sua revelância para a modernidade.

Portanto, fundamentamos que a Renascença não foi uma ruptura total com valores medievais e sim um período de transição que foi abandonando elementos da Idade Média, resignificando conceitos clássicos e formadora do berço da Idade Moderna, para tal afirmação utilizamos os conceitos e análises de Quentin Skinner e Marvin Perry. Schmidt utiliza brevemente em seu livro o conceito de resignificação do período clássico na Renascença, dessa forma demonstra que o processo não poderia ser uma cópia de valores antigos, porém não explicita mais.

O primeiro livro aqui analisado será: Nova História crítica. Moderna e Contemporânea de Mario Schmidt

Páginas	Donzelas	Amada	Musa	Mulher	Esposa
42					
43					
44					
45					
46					
47	X				
48					
49		X	X		
50				X	
Total	1	1	1	1	0

TABELA 1

Na análise do livro de Schmidt no decorrer de nove páginas, incluindo as atividades, encontramos somente a representação da mulher sendo citada no espaço privado. E nesses casos ela será sempre relacionada ao seu papel de esposa de algum intelectual citando como exemplo, a mulher de Bocaccio que é colocada como sua “musa inspiradora” e aquela “amada” que estaria lhe esperando nos portões do paraíso. Dessa forma, a mulher só possuía espaço dentro da sociedade moderna através de um homem que teria que lhe dar voz e imagem. Num outro momento essa mulher irá receber representação até pela sua condição de virgem, nesse

momento o autor se refere as “donzelas orientais” que os europeus iriam encontrar após as grandes navegações nos países que ainda seriam descobertos no caso na Índia e América. A mulher nesse momento é colocada como uma “recompensa” aos marinheiros desbravadores desse mundo “desconhecido”.

Schmidt⁷⁸ foi duramente criticado⁷⁹ e até mesmo processado pelos conteúdos dos seus livros que segundo a mídia, estavam fazendo propaganda ideológica ao comunismo. Embora as críticas tenham sido feitas ele vendeu mais de 10 milhões de exemplares para todo o Brasil e seus livros circularam entre as mais variadas escolas no país. Durante a leitura do livro observa-se uma crítica declarada a política exercida no Brasil. Embora o livro didático apresente equívocos, o material visual é muito utilizado o que despertou interesse em jovens pelo designer amplamente utilizado nesse modelo. Esses livros didáticos ainda se encontram disponíveis a venda em sites na internet, com preços bem acessíveis.

O próximo livro analisado será História Global Brasil e Geral de Gilberto Cotrin. Nessa tabela irá ser demonstrado o local onde foi encontrado a iconografia referente a mulher moderna.

Página	148	149	150	151	152	153	154	Total:
Renascimento			X					1

TABELA 2

O livro de Gilberto Cotrin no decorrer de sete páginas, incluindo as atividades, não irá apresentar nenhuma palavra referente ao gênero feminino destinadas ao Renascimento. Traçando somente a representação da mulher na iconografia que serve como um anexo do texto que irá debater o Renascimento Artístico. Dessa forma, observamos que a pintura utilizada pelo autor não dialoga de forma direta com o texto, pois é colocada somente para representar a mudança nas técnicas dos pintores modernos em comparação com os medievais.

⁷⁸ Schmidt, não conseguiu comprovar no Ministério da Educação que tem curso superior em História ou em qualquer outra área. O MEC não exigia formação superior de autores interessados em participar do Programa Nacional de Livro Didático, que compra livros para o ensino médio. Para 2008, a regra mudou. Schmidt entrou na Justiça e conseguiu uma liminar para participar da concorrência sem diploma. Mas a liminar foi cassada e ele está fora do programa. Ou seja, a história de sucesso de seu livro pode estar com os dias contados.

⁷⁹ Informação retirada do Site Portal Vermelho e do Wikipédia de: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Hist%C3%B3ria_Cr%C3%ADtica acesso> 18 de dez de 2014



Fonte: Livro História Global Brasil e Geral - Gilberto Cotrin

Esse livro didático teve grande circulação em diversas escolas do ensino médio no país e nele se percebe claramente a falta de diálogo da imagem como o restante do texto, além disso a mulher não é representada ou foco em nenhum momento no conteúdo analisado. Portanto, percebemos que nesse período a mulher é praticamente esquecida nos livros didáticos, principalmente por Cotrin. E quando representada em imagens fica reclusa ao ambiente doméstico e familiar ou somente sendo relacionada ao Renascimento Artístico. A imagem acima será encontrada em diversos livros didáticos pois apresenta as três ninfas que trariam inspirações para os artistas do Renascimento, nessa cada de Sandro Botticelli.

No livro paradidático que foi produzido para debate acadêmico essa representação também é negligenciada ao longo de diversas páginas e novamente a figura da mulher aparece na iconografia como anexo e não necessariamente dialogando com o texto apresentado pelo autor.

Marvin Perry ao longo do seu livro irá nos relatar as diferentes civilizações que fazem parte do ocidente e que irão estar resumidamente colocadas na sua obra, que foi largamente difundida pelo centro acadêmico e que teve grande aceitação por parte dos docentes e que até hoje é facilmente encontrada para ser vendida em sites.

O livro analisado será *Civilização do Ocidente*, uma história concisa de Marvin Perry

Página	Donzela	Amada	Musa	Mulher (s)	Esposa
216					
217					
218					
219				X	X
220					
221					
222				X	
223					
224					
225					
226					
227					
228					
229				X	
230					
Total:	0	0	0	3	1

TABELA 3:

Marvin Perry também não irá mostrar essa mulher moderna na sociedade, sendo somente quatro vezes citada ao longo de mais páginas em comparação aos livros didáticos. Primeiramente essa mulher será representada pelo seu papel de “esposa” e sendo somente relacionada ao ambiente doméstico ou também no seu papel de mulher agora liberta da visão medieval, visão pecadora da Igreja. Porém um ponto importante é que Perry nos traz uma informação não citada nos livros didáticos: a possibilidade dessa mulher ser uma mecenas (um indivíduo que investia na produção de algum artista). Diferentemente do pensamento clássico grego que as mulheres eram consideradas eternas menores, da mesma forma que crianças, estrangeiros e os escravos, permaneciam à margem da comunidade grega, porém eram indispensáveis para assegurar a reprodução desta, entretanto sem direitos. Se tentarmos definir juridicamente a situação da mulher ateniense a primeira palavra, segundo Claude Mosse, seria “menor”. A mulher ateniense era uma eterna menor, e isso se afirmava na necessidade de possuir um tutor, denominado *kyrios*, durante toda vida: primeiro seu pai e depois seu esposo e em caso de morte seu filho ou um parente mais próximo. A ideia de uma mulher solteira independente e administradora de seus próprios bens era inconcebível para sociedade grega. E isso se apresenta de forma diferente na modernidade como nos demonstra Perry:

Algumas mulheres de nobres e abastadas famílias italianas, versadas nos idiomas clássicos e em literatura, também patrocinavam os artistas. Isabela d’Este, por exemplo, esposa do governante de um

pequeno Estado no norte da Itália, conhecia latim e grego, colecionava livros e exibia as obras dos artistas que ela havia encomendado (PERRY, 2002: 219)

Diferentemente, dos livros didáticos, Perry nos mostrar uma informação nova que não será abordada pelos anteriores, a possibilidade dessa mulher se inserir na sociedade naquele momento. Essa inserção intelectual que uma mulher pode ocupar dentro da sociedade moderna não será transmitida para os livros didáticos, e portanto, o público no qual ele é destinado (alunos e professores) não saberão dessa possibilidade de ascensão feminina na vida social e econômica. A mulher continuará reclusa somente a aqueles ambientes domésticos e com pouca representação social. A situação do feminino somente irá mudar em consequência da Revolução Industrial devido à necessidade de mão de obra no trabalho produtor. Marcada pela diferenciação biológica, o estigma forjado pela igreja, elas assumem essa nova postura numa luta desigual: trabalhar por salários mais baixos. É o que Beauvoir chama a “igualdade dentro da diferença”.

Portanto, os livros didáticos fornecidos para o ensino médio no nosso país estão parcialmente de acordo com a historiografia acadêmica que ainda é vigente, porém devem ter seus conteúdos revistos. A historiografia irá trabalhar de forma mais ampla os temas diferentemente dos livros didáticos que irão apresentar somente uma síntese dos principais assuntos acima citados e uma breve análise das principais obras produzidas no período. Todos esses temas irão ser debatidos de forma separadas e muitas vezes não dialogando, embora estejam no mesmo período, nas diferentes fontes analisadas. Segundo Circe Bittencourt o livro didático:

(...) serve como veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa mesma memória e que renova interpretações, mas sempre em torno dos mesmos consagrados fatos, que se tornam os nós explicativos de todo o processo histórico: o Descobrimento do Brasil, a Proclamação da República, a Revolução de 1930. (BITTENCOURT, 2011: 304)

Dessa forma, o livro didático não pode ser visto como fonte única do saber histórico, apesar dele ser o principal veículo formador de conhecimento, pelo contrário, o livro didático é uma ferramenta de apoio para professores e alunos.

Embora essa mulher moderna seja negligenciada nos livros didáticos e até mesmo no livro de Marvin Perry, ela foi parte de uma sociedade que passou por um processo de mudança e de individualização. is.

No período denominado como modernidade a mulher irá ocupar um novo espaço nessa sociedade que cada vez mais se torna urbana abandonando o rural e se libertando do sistema feudal que foi vigente durante a Idade Média. Essa nova sociedade que começa a ocupar significativamente as cidades, as quais se tornam grandes centros de comércio e convivência, suas

mentalidades, costumes e valores passam por mudanças radicais do antigo período que era essencialmente agrícola.

Embora, aconteçam mudanças significativas na modernidade a mulher ainda continua reservada ao lar, a atividade de cuidar dos filhos e de se tornar esposa. Analisamos isso pelas fontes existentes que são principalmente escritos masculinos que irão relatar a mulher no período da modernidade em atividades do cotidiano ou no período do parto, como é demonstrado por Jean Marie Goulemot no livro *História da Vida Privada* “as raras ocasiões em que menciona sua esposa Marguerite, é quando ela põe um filho no mundo, quando ele precisa de seus serviços ou quando ela o ajuda nos assuntos domésticos” (GOULEMOT, 2009: 337). Portanto, o ambiente privado continuará prevalecendo para esse gênero tanto na modernidade, como no medievo e na antiguidade, a mulher ainda se mantém reclusa.

Simone de Beauvoir nos traz conhecimento em seu livro “O Segundo Sexo” o processo histórico que a mulher percorreu para ser vista até os dias atuais como um personagem secundário seja no ambiente familiar, ou na vida pública, uma diferenciação muito forte entre os sexos, papéis impostos desde os primórdios dos tempos por razões biológicas, depois religiosas e que estão incutidos até os dias atuais e que acaba sendo visto como natural. E tal é a naturalidade que esta exclusão do gênero feminino é refletida também nos livros didáticos de história. Simone de Beauvoir atribui a hierarquia dos sexos não ao ser que engendra e sim ao que mata, segundo a autora:

É revendo à luz da filosofia existencial os dados da Pré-História e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu (...). Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. (BEAUVOIR, 1949: 89).

A partir da citação de Beauvoir, podemos perceber que se em determinada narrativa histórica, como nos livros didáticos, um gênero é suprimido em detrimento de outro, revela a dominação de um pelo outro. A dominação na narrativa não se faz efetiva, mas representativa contribuindo para a permanência dos estereótipos e representações sociais. A autora nos mostra historicamente quando surgiu a hierarquia dos sexos e como estão pragmatizadas até os dias atuais, mesmo que mascaradamente. O fator da força física não foi o único motivo que estabeleceu as relações de poder, mas principalmente as funções biológicas femininas que impediam a mulher de assumir um posicionamento igualitário ao sexo masculino. Nos períodos de gestação, menstruação, parto “(...) diminuíam sua capacidade de trabalho e condenavam-nas a longos períodos de impotência.” (BEAUVOIR, 1949, pp 90). De acordo com a autora, nesses períodos de impotência, a mulher ficava impossibilitada de participar coletivamente de seu

grupo, passando longos períodos na condição ora de gestante ora mantenedora dos frutos das sistemáticas gestações que desconheciam de algum tipo de controle. Assim, cabia a elas, somente as tarefas mais leves e destinadas ao lar. Utilizando as palavras de Simone de Beauvoir “temos aqui a chave do mistério” (BEAUVOIR, 1949, p 92) que revela a subordinação do gênero feminino.

Na arte a mulher se liberta da imagem de “pecadora”, largamente utilizada no período medieval, e começa a ganhar espaço até mesmo dentro do cristianismo sendo representada em santas, como por exemplo, a Virgem Maria que será largamente pintada e representada em quadros e igrejas por toda a Europa. Sua imagem será muito pintada principalmente em cenas do cotidiano, como por exemplo, alimentando o menino Jesus e também glorificando sua imagem e o amor materno, um conceito também criado nesse período. Uma das mais conhecidas esculturas de Michelangelo é a Pieta, representação de Maria com o corpo de Jesus Cristo, além dos inúmeros quadros de Giovanni Bellini, Filippo Lippi, Leonardo da Vinci e Rafael Sanzio. Com o passar do tempo e o desenvolvimento da civilização, o fator religioso foi outro fator que utilizou a palavra de Jesus como forma de subjugar à mulher. Com a ascensão do poder da Igreja, Badinter afirma:

A mensagem de Cristo era clara: marido e mulher eram iguais e partilhavam dos mesmos direitos e deveres em relação aos filhos. Se alguns apóstolos e teólogos obscureceram a mensagem com a interpretação, chegando, como veremos, a tráf-la, a palavra de Cristo modificou, em boa parte, a condição da mulher. (BADINTER, 1985, pp30)

Ou seja, se na origem dos tempos a subordinação do gênero feminino era perceptível por questões biológicas, agora com a influência da Igreja, os discursos e interesses abafam a mensagem de Jesus, pois toda a sociedade necessita de um princípio de autoridade: a masculina. É nessa perspectiva que percebemos a perpetuação dos discursos existentes sobre a condição das mulheres na história remetendo-as sempre ao “outro”, como se elas não fizessem a história ou parte da história

Entretanto, os renascentistas não representavam somente imagens sacras com a perspectiva realista, o corpo feminino começa a ser representado na arte e isso é verificado pelo grande número de quadros e esculturas dessa época, onde o corpo feminino nu é destacado. Assim como nos demonstra Ranun:

As Vênus de Ticiano são ao mesmo tempo uma idealização do corpo feminino e pornografia da elite. As damas no banho pintadas pela escola de Fontainebleau, encarnam certa sensibilidade humana. Não saem das águas miraculosamente nem descansam como deusas na floresta. Como verdadeiros retratos, esses quadros fazem parte do autoerotismo feminino e masculino, pois essas damas parecem muito felizes por ser pintadas nuas, suando apenas joias. (RANUM,2009: 235)

Essas pinturas, algumas vezes, serão associadas a deuses de origem grega como a deusa Vênus que foi muito representada durante a Renascença, isso ocorre devido a retoma de conceitos e valores clássicos e principalmente a mitologia. Os deuses acabam sendo citados e utilizados em obras iconográficas e até mesmo em poesias. Essas imagens criadas sobre a mulher serão colocadas nos livros didáticos e até mesmo no livro de Perry, porém na maioria das vezes sendo somente relacionada a arte e não a representação do feminino no período da modernidade.

Entretanto, mesmo com esse grande número de representações a mulher continua numa sociedade que é regulada, agora não mais pelos dogmas da Igreja e sim por manuais de comportamento que são largamente difundidos por toda a Europa e que são formadores da sociedade moderna. Como analisa Revel:

Como La Salle, a vigilância se torna tão estreita que acaba proibindo toda relação imediata consigo mesmo: “O decoro exige também que, ao deitar-nos escondamos de nós mesmo o próprio corpo e evitemos lançar-lhe até os menores olhares. (REVEL,2009: 190)

Nesses manuais a mulher é representada como dona de casa, mulher e mãe, ela não pertence a uma sociedade embora seja representada na arte por ela. Essa mulher deve ser sensível e corresponde inteiramente a seu ideal de mulher amorosa (259), como nos afirma Orest Ranun no livro História da Vida Privada. Além disso, continua reservado ao ambiente doméstico e submissa ao homem, igualmente aos períodos anteriores, Antiguidade e Medievo.

A escassez de fontes referentes ao Renascimento escritas por mulheres nos levará a conclusão que a grande maioria são escritos masculinos, por isso devemos considerar que “As mulheres são representadas antes de serem descritas ou narradas, muito antes de terem elas próprias a palavras” (DUBBY,PERROT , 1990, 8). A sociedade moderna não consegue inteiramente se libertar de valores medievais e nem mesmo da dominação ideológica que a Igreja Católica ainda apresenta, diferentemente do que é apresentado nos livros didáticos, afirmando haver uma ruptura com o esse pensamento cristão.

Para afirmação de que essa mulher moderna é um medieval liberta da sociedade feudal e não uma grega europeizada, já que anteriormente foi defendido que não poderá haver uma retomada na íntegra de valores clássicos, analisamos aqui brevemente a sociedade grega. Mais precisamente no século V a.C., que foi o auge do classicismo, observamos que a mulher nesse período será largamente representada também em obras, as tragédias gregas, diferentemente da

mulher moderna representada na arte iconográfica. Porém essas duas mulheres estão ainda reservadas a um local doméstico. Para tal reflexão faço uso a dissertação de mestrado de Marta Mega

No tratado político, a mulher surge, entretanto, afastada de sua relação com a alteridade. O feminino é integrado: é a esposa, rainha do lar, rainha das abelhas. Nela se apresenta um modelo feminino apropriado, enquadrado no modelo da mulher-abelha. (ANDRADE, 2001: 15)

Percebe-se então que embora a mulher seja representada na arte como no caso grego em diversas tragédias gregas e que muitas vezes ela é o personagem principal, como por exemplo, Antígona e Medeia, elas não são necessariamente uma figura importante ou de destaque dentro de uma sociedade patriarcal. Pois como nos afirma Claude Mosse às mulheres eram em primeiro lugar esposas, ou futuras esposas no caso das mais jovens, pois o casamento tinha uma função social sólida na Grécia. A mulher na Atenas de Jenofonte, como as rainhas das epopéias estavam destinadas em primeiro lugar ao trabalho doméstico. Além disso, o casamento dentro do século V será uma prática de intercâmbio de presentes, num mundo onde as relações econômicas haviam adquirido um novo sentido, os motivos das alianças haviam mudado, porém permaneciam sendo alianças familiares que visavam a manutenção da pólis lhe conferindo filhos legítimos.

Embora, essas mulheres sejam muito utilizadas pelos gregos como personagens fundamentais em suas tragédias, na maioria das vezes, elas são colocadas como seres “irracionais” que agem por impulso, ou tomadas por suas paixões. Dessa forma, a mulher que se expõe na sociedade grega como Medeia e a rainha Clitemmenestra são rapidamente realocadas ao seus papéis de esposa e não possuidoras de voz dentro de uma cidade que é considerada um clube de homens.

Utilizamos para comparação tragédias porque como afirma Marta Mega “O teatro não é um reflexo da realidade social; ele é a realidade social na medida em que é a própria realidade social que o fabrica, como um de seus mais atraentes produtos.” (24, 2001). Dessa forma, utilizamos obras produzidas pois elas são o “reflexo” da sociedade atual na qual estão inseridas. A tragédia grega clássica, não é um vestígio dum ritual arcaico, inspirado em crenças primitivas; não é também um sortilégio dirigido a divindades; é uma obra literária, submetida a certas obrigações e convenções impostas pela tradição e reagrupando em si várias formas de expressão particularmente susceptíveis a atingir o espírito e o coração dos espectadores atenienses.

Portanto, concluímos que a mulher moderna recebeu sim grandes influências da mulher medieval e isso se percebe porque a Igreja ainda tem poder ideológico nesse período, e não

seria possível um resgate de valores e conceitos clássicos após mais de mil anos de intervalo e serem encaixados perfeitamente numa sociedade que está em outro momento histórico. Assim, a mulher moderna acaba sendo muito mais uma medieval liberta na sociedade e uma grega europeizada na arte.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marta Mega. A “cidade das mulheres”: cidadania e alteridade feminina na Atenas Clássica. Rio de Janeiro, ILHA, 2001.

BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. São Paulo: Nova Fronteira, 1949.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros e materiais didáticos de História. In: Ensino de História: fundamentos e métodos. 4ºed. São Paulo: ed Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Conteúdos e métodos de ensino de História: breve abordagem histórica. In: Ensino de História: fundamentos e métodos. 4ºed. São Paulo: ed Cortez, 2011.

CHARTIER, Roger. História da Vida privada. Renascença ao século das luzes 3. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das Mulheres: A Antiguidade. Porto; edições Afrontamento, 1990

MATOS, Júlia Silveira. Ensino de História, diversidade e livros didáticos: história, políticas e mercado editorial. Rio Grande: Ed da Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

MICELI, Paulo. História Moderna. São Paulo, Contexto, 2013

MIRANDA, Sonia Regina & LUCA, Tania Regina de. O livro didático de História hoje: um panorama a partir do PNLD. Revista brasileira de História. UNESP, 2004

PERRY, Marvin. Civilização Ocidental: uma história concisa. 2.ºed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

REVEL, Jacques. O uso da civilidade. In: História da Vida Privada: Renascença ao século das Luzes – volume 3. Companhia das Letras,1991, pp.169-209

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. 2.º ed. São Paulo Companhia das Letras, 1996.

VERNANT, Jean-Pierre; NAQUET, Pierre Vidal. Mito e tragédia na Grécia antiga. São Paulo: Perspectiva, 2005

XAVIER, Virgínia da Silva. – Livro didático e a representação de Maria Antonieta. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2014